



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA (CGOV) 2022

Ata da Reunião do Comitê de Governança Institucional, realizada no dia 29 de junho de 2022, às 9 horas, na sala de Reunião da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, sob a organização da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

1. OBJETIVO

- Revisão 2022 do Plano Estratégico do TRT6 ciclo 2021-2026.

2. PARTICIPANTES

Na reunião, estiveram presentes os seguintes membros do Comitê de Governança Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região:

- **Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino** - Desembargadora Presidente do TRT6
- **Nise Pedroso Lins de Sousa** - Desembargadora Vice-Presidente do TRT6
- **Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura** - Desembargador Corregedor do TRT6
- **Ana Catarina Cisneiros Barbosa de Araújo** - Juíza Auxiliar da Corregedoria
- **Katia Keitiane da Rocha Porter** - Juíza Representante do Comitê Gestor Regional do 1º Grau
- **Luciano José Falcão Lacerda** - Secretário Geral da Presidência
- **Érika Antunes de Araújo Gusmão** - Diretora Geral de Secretaria
- **Elisabete Duarte de Sousa Alves** - Coordenadora da Gestão Estratégica

Estiveram presentes, também, as magistradas e servidor, abaixo relacionados:

- **Juliana Lyra Barbosa** - Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejusc) do Recife
- **Laura Cavalcanti de Moraes Botelho** - Juíza Presidente da AMATRA 6ª Região
- **Luiz Eduardo Moura de Oliveira** - Chefe de Divisão de Estatística e Pesquisa

2. APRESENTAÇÃO / DISCUSSÃO DA PAUTA

A reunião foi aberta pela Exma. Desembargadora Presidente Maria Clara Saboya, agradecendo a presença de todos.

Dando continuidade, a Coordenadora de Gestão Estratégica, Elisabete Duarte, iniciou a apresentação ressaltando que a Política de Governança no âmbito do TRT6 foi instituída por meio do Ato TRT-GP 71/2017 e alterada pelo Ato TRT-GP n.º 307/2018. Cabendo ao Comitê de Governança Institucional monitorar a execução do Planejamento



Estratégico, promovendo, quando oportuno, os ajustes necessários à melhoria do desempenho institucional.

Nesse sentido, a reunião tem como objetivo a análise e aprovação de proposta de revisão do Plano Estratégico do TRT6 (ciclo 2021-2026) pelo Comitê.

A revisão tem como finalidade manter o alinhamento do Plano Estratégico do TRT6 à Estratégia Nacional do Poder Judiciário e ao Plano Estratégico da Justiça do Trabalho. Como também, atender necessidade operacional identificada no Tribunal.

Acrescentou que, o Plano Estratégico do TRT6 foi construído seguindo diretriz estabelecida na Resolução CSJT nº 259/2020 que aprovou o modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho - Os objetivos estratégicos devem estar relacionados aos objetivos da Justiça do Trabalho de acordo com as especificidades do Tribunal Regional do Trabalho, sem necessidade de replicação textual, garantido, contudo, que comportem os indicadores e metas da Justiça do Trabalho. Como também, a Resolução CSJT nº 290/2021, que aprovou o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o ciclo 2021-2026, definiu que os Tribunais Regionais do Trabalho devem observar os objetivos definidos na estratégia da Justiça do Trabalho, evitando estabelecer outros.

No entanto, ao longo da execução do Plano Estratégico no Tribunal, foi observada a necessidade pelas áreas técnicas de inclusão de Objetivo no Plano Estratégico do TRT6 que atenda as necessidades de melhorias na infraestrutura física, contribuindo para a prestação jurisdicional. Destacou ainda que o Tribunal necessita da definição de inclusão do novo Objetivo estratégico para elaboração da Proposta Orçamentária para 2023, momento que é registrado o alinhamento estratégico das despesas com os objetivos estratégicos, prevista para prazo de encaminhamento em julho deste exercício.

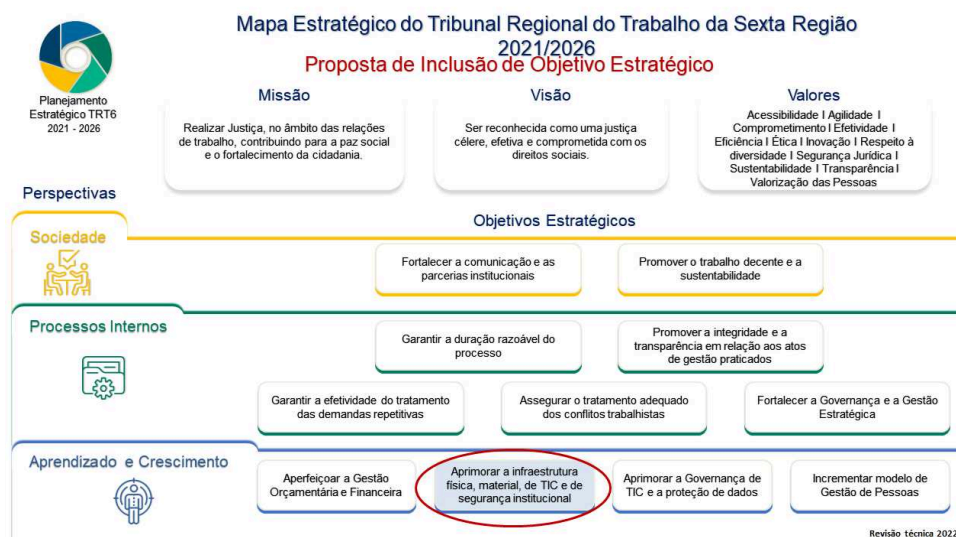
Ressaltou, ainda que, conforme informação recebida do CSJT, a Revisão do Plano Estratégico da JT, para 2022, está no aguardo de aprovação pelo Plenário, contendo a atualização das metas do Poder Judiciário para 2022 e atualização de indicadores.

Assim, a proposta de Revisão do PE TRT6 mantém o alinhamento ao Plano Estratégico da JT, contendo a inclusão das metas e indicadores da JT, conforme diretriz - Os valores, os indicadores e as metas da Justiça do Trabalho devem ser replicados nos planos estratégicos dos Tribunais Regionais do Trabalho, sem prejuízo do acréscimo de outros relacionados às especificidades do respectivo Tribunal e aos objetivos estratégicos específicos a seus planos.

Como também, diante da necessidade identificada no TRT6 e considerando que a Resolução CSJT nº 290/2021 estabelece a observância dos objetivos da estratégia da JT, orientando que fosse evitado a criação de um novo objetivo, mas não impedindo, foi apresentada a proposta de inclusão do Objetivo Estratégico: "Aprimorar a infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e comunicação e de segurança institucional". O Objetivo visa "Utilizar mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias, de custeio, de investimentos e de pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, a partir da melhoria da infraestrutura física, material, de tecnologia da informação e comunicação e de segurança, garantindo um padrão mínimo necessário ao cumprimento da missão institucional e alcance da visão de futuro". Alinhado ao Macrodesafio do Poder Judiciário "Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira". Foi ainda, sugerida a adoção do indicador: "Índice de Execução do Plano de Contratações - IEPC", com meta para 2022 a ser submetida tecnicamente ao Comitê de Governança de Contratações do TRT6.



Ao final, apresentou a proposta de alteração do Mapa Estratégico com a inclusão do Objetivo acima, agrupado na Perspectiva Aprendizado e Crescimento.



A proposta da Revisão 2022 do Plano Estratégico do TRT6 (ciclo 2021-2026) contempla as Metas Nacionais aprovadas para o Poder Judiciário para 2022, alinhado a revisão 2022 do Plano Estratégico da JT.

Após análise e considerações, o Comitê aprovou a Revisão 2022 do Plano Estratégico do TRT6 para o ciclo 2021-2026, na forma aqui apresentada.

Por fim, a Coordenadora de Gestão Estratégica informou que a proposta será submetida ao Pleno para aprovação final, logo após a aprovação da Revisão 2022 do Plano Estratégico da JT (ciclo 2021-2026).

Os membros do Comitê, identificados a seguir, aprovam e assinam a respectiva ata.

<p>(assinado eletronicamente) Maria Clara Saboya Albuquerque Bernardino Desembargadora Presidente do TRT6</p>
<p>(assinado eletronicamente) Nise Pedroso Lins de Sousa Desembargadora Vice-Presidente do TRT6</p>
<p>(assinado eletronicamente) Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura Desembargador Corregedor do TRT6</p>



<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Ana Catarina Cisneiros Barbosa de Araújo Juíza Auxiliar da Presidência</p>
<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Katia Keitiane da Rocha Porter Juíza Representante do Comitê Gestor Regional do 1º Grau</p>
<p><i>(assinatura digital)</i> Luciano Falcão de Lacerda Secretário Geral da Presidência</p>
<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Érika Antunes de Araújo Gusmão Diretora Geral de Secretaria</p>
<p><i>(assinado eletronicamente)</i> Elisabete Duarte de Sousa Alves Coordenadora da Gestão Estratégica</p>